

## **OLHAR A CIDADE, VIVER A CIDADE, COMPREENDER A CIDADE: uma complexidade entre capital, imagem e urbanismo**

**Guilherme Alves Viso**

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>  
[visoguilherme@gmail.com](mailto:visoguilherme@gmail.com)

**Juliano Henrique Xavier Cavalcanti**

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>  
[julianocavalcanti14@gmail.com](mailto:julianocavalcanti14@gmail.com)

**Vinicius Nunes Fileto**

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>  
[fileto.geo@gmail.com](mailto:fileto.geo@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre a paisagem das cidades, reunindo questões sobre visualidade, estudos urbanos e o impacto do modo de produção capitalista, que tenciona e modifica a paisagem urbana. Começamos no debate das questões visuais, trazendo teóricos que refletem sobre o olhar, questões da semiótica e conceitos da história da arte como a iconografia e iconologia das imagens. Depois, redirecionamos as questões sobre a imagem para o estudo da cidade contemporânea e em como o capital apropria-se da paisagem das cidades; mostrando como o capitalismo transforme e age na definição das paisagens urbanas, afetando a gestão pública e os meios de comunicação.

**Palavras-chave:** Paisagem; Urbanismo; Produção capitalista.

### **LOOKING AT THE CITY, LIVING IN THE CITY, UNDERSTANDING THE CITY: a complexity between capital, image and urban planning**

**ABSTRACT:** This article presents a theoretical discussion of the cities landscape, reuniting questions about the visuality, the urban studies, and the impact of the capitalist mode of production that tensions and modifies the urban landscape. The debate starts with the visual questions, bringing theories that reflects about the eye, the semiotics, and the concept of iconography and iconology of the images from the art history. After, the discussion redirects to the questions about the image for the studies of contemporary cities and the appropriation of city landscape by the capital that shows how the capitalism transforms and acts in the definition of the landscape itself, affecting the public administration and ways of communication.

**Keywords:** Landscape; Urbanism; Capitalist production.

### **MIRAR LA CIUDAD, VIVIR LA CIUDAD, ENTENDER LA CIUDAD: una complejidad entre capital, imagen y urbanismo**

**RESUMEN:** Este artículo presenta una discusión teórica sobre los paisajes urbanos, integrando cuestiones sobre la visualidad, los estudios urbanos y el impacto del modo de producción capitalista, que configura y modifica el paisaje urbano. Comenzamos con el debate sobre cuestiones visuales, con la participación de teóricos que reflexionan sobre la mirada, la semiótica y la iconografía e iconología de las imágenes. Posteriormente, redirigimos las preguntas sobre las imágenes al estudio de la ciudad contemporánea y a cómo el capital se apropia de los paisajes urbanos, demostrando cómo el capitalismo transforma e influye en la definición de los paisajes urbanos, afectando la gestión pública y los medios de comunicación.

**Palabras clave:** Paisaje; Urbanismo; Producción capitalista.

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Santa Mônica, CEP: 38400-902, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

## Introdução

Pensamos a cidade. Diferentes tamanhos, pessoas com diferentes personalidades e suas complexas vidas cotidianas, distâncias diversas, imagens distintas, paisagens com histórias. Pensar a cidade é compreender que é um espaço que há cultura, boêmia, luzes, ruínas, muros, *outdoors* e lutas. A cidade é um produto de temporalidades, vestígio da civilização humana, e *loci* de decadência e de inovação.

Ao pensarmos, podemos fazer um exercício de pararmos e começarmos a selecionar palavras que podem nos ajudar a descrever o cotidiano e a vida que se desvenda no tecido urbano de uma cidade. Assim, olhamos para a cidade tal como uma metragem de filme, como um grande palco da vida e da performance dos seres humanos em sociedade. E, conseqüentemente, a cidade também é um palco do teatro da modernidade para cenas do modo de produção capitalista.

A *imago urbis* é a imagem e semelhança do que define a “religião” do mercado. Fragmentada, caótica e dispersa em benefício de uma pequena parcela de pessoas que ditam os cursos e desenhos que as próximas mutações urbanas serão. Dessa forma, a cidade é um produto da lógica do mercado, onde novos processos especulativos transformam; criando vazios, expulsando pessoas, limitando serviços e o cotidiano. Perde-se o direito à cidade, cria-se uma cidade de automóveis, uma cidade onde não se vive a cidade, assombrada, inumana.

A partir do exposto, entendemos a relação da produção do espaço e como ela interfere na modificação e alteração dos elementos da paisagem e a apropriação do capital ao quantificar o espaço urbano. Refletir sobre a paisagem urbana é também entender como o capitalismo se insere em processos estéticos, no desenho e na morfologia urbana; compreendendo suas materialidades e imaterialidades.

Então, infere-se a intrínseca relação que temos entre o avanço capitalista durante o século XX e a formação e ressignificação das paisagens urbanas decorrente do processo de urbanização das cidades e da intensificação da ideia de modernidade e flexibilização econômica. O espaço urbano obedece a dinâmica do capital de maneira que a paisagem também demonstra as contradições que o capital promove. Diante disso, buscamos explicitar a ação capitalista no processo de urbanização e formação das paisagens das cidades, afetando elementos artísticos, morfologias urbanas, espaços públicos.

Em frente desse exposto geral apresentado, este ensaio busca trazer uma relação geral entre urbanismo, paisagem e as deformações provocadas pelo processo de produção capitalista; apresentando uma reflexão sobre alguns conceitos abordados nesses três pontos escolhidos. Essa construção teórica crítica abrange de maneira generalista um estudo dos limites e configurações que temos ao estudar o urbano utilizando a categoria geográfica da paisagem como objeto central de uma análise urbana. Aqui, discutiremos em outros dois tópicos questões que envolvem o pensamento da imagética das cidades, buscando relacionar com o papel do modo de produção vigente na construção e destruição.

## Olhar?!

No cotidiano de nossas vivências, do constante movimento, do atravessar uma rua, do barulho das buzinas dos mais diversos automóveis e a sua variação de sons, do ônibus que (nem sempre) chega no horário, dos longos e tortuosos trajetos, dos *outdoors* gigantescos que poluem e informam algo que nem sempre é útil... será que enxergamos o que vemos diante de nós ao longo do tempo? Esse olhar é consciente? O que entendemos ou será que entendemos tudo que enxergamos?

O nosso olhar, no dia a dia citadino, nem sempre percebe o que se vê adiante, a paisagem que se espera. Acostumamo-nos com o ritmo imposto pela mercadoria, pelo trabalho que nos consome. Contraditoriamente, também sentimos fome por mais imagens.

Consumimos em nossas telas de celulares, em nossos computadores e televisores, em revistas de moda; temos anseio pelo novo, pela publicidade, pelo simbólico da marca.

O ato de enxergar imagens, olhar para algo, contemplar alguma coisa nos coloca em uma posição complexa do olhar e do olho e da sua relação e subjetividade com o arcabouço de imagens; tornando necessário pensarmos em objetivos imagéticos, nas suas implicações e em como essa complexidade está relacionada com os estudos sobre a paisagem.

Na psicanálise, Lacan (2008) discorre sobre a diferença entre o olho e o olhar. Baseando-se na fenomenologia de Merleau-Ponty, existe uma preexistência do olhar, anterior ao olho do que vê. O olho é uma metáfora, um choque daquele que vê. Assim, o olho, na fenomenologia, é sua intencionalidade total. Ele é a espera, o movimento, a tomada. “Eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte” (LACAN, 2008, p. 73). Segundo o autor, o mundo é o que podemos chamar de *omnivoyeur*. O mundo não é *voyeur* (no sentido francês da palavra) pois não é exibicionista, característica que é necessária para que seja voyeur; é *omnivoyeur* em um sentido de *omnivivência*, pois é um espetáculo. Porém, o começo do sentimento de estranheza o transforma em um espetáculo provocador, exibicionista.

Para o psicanalista, o olhar é um objeto *a* minúsculo, ele é dotado de desejo. Destarte, pensar em imagens e no ato de ver, contemplar e olhar; a imagem cria alternativas ao real. A própria existência de olhar é paradoxal porque mesmo ao buscar a totalidade do real, essa busca exerce o efeito de separar, faltar. Daí a nossa busca constante, essa fome de imagens que nós, enquanto seres humanos, buscamos suprimir (LACAN, 2008; MORTIMER, 2015). Também tomando Lacan como referência, Mortimer expõe de maneira concisa:

Nessa busca constante pelo encontro com o outro por meio do contemplar, uma imagem não basta aos olhos. Duas não bastarão. Três tampouco. Nem milhares. Porque o desejo não é quantificável, e sobre o olhar não se pode dizer demanda, mas de desejo [...] é uma alusão ao excesso. (MORTIMER, 2015, p. 30).

Para contextualizar, redirecionamos a discussão para a fenomenologia de Merleau-Ponty, evidenciando a discussão realizada pelo mesmo em “Visível e Invisível”. Logo, para o filósofo, precisamos destacar que a imagem e a sua decorrente produção de imagens são o ato de tornar visível o que era invisível para o observador. Estar invisível refere-se ao ato de que, por questões culturais, não estamos inseridos nas imagens ou conhecedores de determinados símbolos culturais necessários para compreender. Portanto, estamos diante de um objeto dotado do invisível. Consequentemente, é preciso destacar que a relação de visível e invisível é algo construído, ou seja, ver não é uma atividade passiva, mas sim uma construção (MORTIMER, 2015; MERLEAU-PONTY, 2019).

Destarte, a filosofia e a psicanálise propiciam uma reflexão sobre a complexidade e a subjetividade presente nos diferentes produtos visuais. A relação entre os humanos e a nossa psique reflete na maneira que enxergamos os processos que modificam a paisagem. Não somente isso, mas delimita a complexidade do nosso olhar e dos nossos sentimentos diante das artes, dos meios de comunicação, e da publicidade que são influenciados pelo capital. Há aqui uma construção de um império de sentidos, da luxúria à inveja; onde capital age enquanto com um elemento central e paradoxal.

A complexidade do olhar e sua subjetividade correlacionam de maneira muito intrínseca com as contradições do modo de produção capitalista. A alienação universal, discutida por David Harvey (2014), é aqui apresentada pelos meios de comunicação e a publicidade que induzem e direcionam esforços para o consumo e a criação de novos produtos e formas de consumir que se inserem no cotidiano das pessoas. O autor, por conseguinte, correlaciona o papel da publicidade (e seus *mad men*) na construção da persuasão e no seu papel realizado na ordem social.



Esse processo é muito percebido e afetado pela maneira como consumimos imagens de maneira desenfreada, sem refletir sobre o que se está olhando. Esse papel dos meios de comunicação de nos bombardear de produtos que sejam supérfluos, que somente satisfazem nossos desejos momentâneos e não nossas necessidades; imagens que atingem, de maneira rápida, nosso sentimento de estranheza e desejo. Assim, para Harvey (2014), o consumismo surge como um antídoto, um fármaco. Parte do consumo se torna necessário para a reprodução do processo capitalista e está ligado também com o trabalho e a alienação dos trabalhadores. “Estes, mergulhados num mar de consumo [...] trabalhando cada vez mais para atender necessidades artificialmente exacerbadas [...]” (HARVEY, 2014, p. 253).

Portanto, essa relação entre o olhar e o progresso do consumismo no modo de produção capitalista também infere nos processos de produção do espaço urbano porque a cidade também se torna um produto de consumo. Harvey (2014) deixa nítido esse processo alienante tomando o conceito de “destruição criativa” elaborado por Schumpeter<sup>2</sup>, exemplificando o papel da moda na modificação do cotidiano e das relações sociais e na alteração das cidades, como: processos de gentrificação que expulsam populações e demolições que não respeitam a história da cidade. A moda e o efêmero ditam a destruição em prol do avanço do consumo, instaurando visualmente o efeito da destruição pelos meios de comunicação, que atrelam a destrutividade e a acumulação e especulação de detentores de capital no centro de uma lógica favorável ao capitalismo e modificando a figura central do gestor da cidade. O prefeito se torna empreendedor e, conforme afirma Vainer (1999), o planejamento da cidade a transforma em uma empresa e em uma mercadoria.

Ademais, essas questões serão depois retomadas na nossa discussão. Para finalizar a questão do olhar, não podemos deixar de referenciar que a questão da imagem é discutida por outras abordagens e metodologias. Os estudos do campo da semiótica também contribuem para refletirmos sobre questões imagéticas ao compreender os elementos que constituem um objeto visual como representações, e, portanto, as imagens não podem ser separadas do ato que a criaram e da sua cultura. Diante disso, temos a representação da imagem como um signo (FERRARA, 1997; MAUAD, 1996).

Para Ferrara (1997, p.11), signos:

São denominados ícones, índices ou símbolos tendo em vista a relação que mantêm com o objeto que representam: um ícone é sempre o signo de uma qualidade do objeto, e sua representação é sempre possível e não necessária, porém única, intransitiva e intraduzível; um índice é realmente afetado pelo objeto que representa e tem, portanto, com ele uma relação direta; o símbolo liga-se ao objeto que representa com a força de uma convenção, de uma lei, uma associação de idéias obrigatórias.

A classificação e definição dos signos por Ferrara permite não cairmos em um senso comum das palavras conceituadoras. Por meio do entendimento e de como podemos denominar os signos, entendemos que a semiótica é uma lógica que permite identificarmos a natureza, a relação representacional de um objeto e uma interpretação possível estabelecida entre um signo e o objeto; padrões característicos de uma linguagem, nesse caso, a representação presente em uma imagem (FERRARA, 1997).

A respeito da semiótica da cidade, Ferrara (1997) define que as imagens da cidade são um conjunto de textos não-verbais e verbais em que o domínio do texto não-verbal é predominante. O texto não-verbal se espalha na forma de um conjunto incorporado definido pela autora como “micro linguagens”: paisagem, urbanização, arquitetura, desenho industrial ambiental, comunicação visual, publicidade etc.

<sup>2</sup> Joseph Schumpeter (1883-1950) foi um economista austríaco que estudou sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico e a definição de um conceito para o que veio a ser o empreendedorismo. Para o autor, a destruição criativa relaciona com a busca por inovação e contribui para o fortalecimento e inventividade de uma empresa. Sobre destruição criativa, ver Schumpeter (2017).

Na cidade, o texto verbal liberta-se da sucessão gráfica dos caracteres e adiciona-se aos índices dispersos em quilômetros de ruas, avenidas, edifícios, multidões em locomoção, ruídos, luzes, cor, volume. Os textos não-verbais acompanham nossas andanças pela cidade, produzem-se, completam-se, alteram-se ao ritmo dos nossos passos e, sobretudo, da nossa capacidade de perceber, de registrar essa informação. É esse registro que transforma os textos não-verbais em marcos referenciais da cidade; signos da cidade, esses marcos aglutinam objeto e signo urbanos (FERRARA, 1997, p. 20).

Consequentemente, o estudo semiótico das imagens ajuda-nos a refletir sobre a paisagem enquanto uma categoria dotada de elementos visuais e que se enquadra na utilização de imagens e na representação que possuem. A imagem da cidade é dotada de signos, que manifestam na morfologia urbana as diferentes temporalidades desenhadas no urbano e a cultura e simbologia presente na cidade e na cultura das pessoas que habitam e definem a sua paisagem urbana.

Além da semiótica, no campo da história da arte, Erwin Panofsky (1986) possui contribuições para os estudos das imagens quando propôs sobre o método iconográfico. Partindo de dois conceitos, iconografia e iconologia, o autor busca a partir da forma e dos sentidos e a relação entre esses dois conceitos. Iconografia diz respeito a ligação entre imagens, motivos do artista e os conceitos alegóricos que envolvem os sentidos da obra de arte. Consequentemente, existe, uma identificação pura, delimitada como pré-iconografia, onde se dá estudos a respeito da linha, cor, traço, materiais, que compõem uma imagem. Já a iconologia é sucessora do processo iconográfico. A iconologia é estabelecer um processo de síntese da análise do processo iconográfico. Durante a iconologia, define-se o que compõe o significado do conteúdo e do simbólico.

[...] a descoberta e interpretação desses valores “simbólicos” (que muitas vezes, são desconhecidos pelo próprio artista e podem até diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar) é o objeto que se poderia designar por “iconologia” em oposição a “iconografia” (PANOFSKY, 1986, p. 53).

O caráter de análise histórica presente na conceituação iconográfica e iconológica feita por Panofsky permite colocar em prova e buscar soluções e comprovações de imagens e elementos históricos. Essa análise permite entendermos o que foi o real significado para uma imagem naquele momento, pois o método acrescenta correlações históricas com outras produções do período em que foi produzido ou criado determinada imagem ou obra de arte. A contribuição elaborada pelo historiador auxilia para que possamos tecer e compreender diferentes momentos da paisagem urbana e seus diferentes processos urbanos tendo posto como metodologia de análise os elementos históricos são inscritos durante o processo de criação de imagens; no nosso caso, quando paisagem são construídas, modificadas ou destruídas.

Em síntese, buscamos delimitar diferentes maneiras que o olhar “interfere” e algumas abordagens que apresentam, em suas complexidades diversas, compreender e estudar objetos imagéticos, em destaque aqui para a paisagem que compõe o processo de produção do espaço e das estratégias tomadas pelo capitalismo. Assim, partimos para uma análise do espaço urbano e das suas paisagens.

## **Olhar a cidade**

Cidades feitas de fluxos, em trânsito permanente, sistema de interfaces. Fraturas que esgarçam o tecido urbano, desprovido de rosto e história. Mas esses fragmentos criam analogias, produzem inusitados entrelaçamentos. Um

campo vazado e permeável através do qual transitam as coisas. Tudo se passa nessas franjas, nesses espaços intersticiais, nessas pregas. Cidades de histórias, dotadas do peso e da permanência das extraordinárias paisagens. Horizontes de pedra, onde o mais moderno convive com a decadência, o futuro com a antiguidade. Um solo arcaico, juncado de vestígios e lembranças. Visões da cidade como um sítio arqueológico. (PEIXOTO, 1996, p. 12).

O trecho acima, retirado da introdução de Paisagens Urbanas de Nelson Brissac Peixoto, descreve sobre elementos que compõem o viver o urbano. O autor, tecendo de maneira quase poética, apresenta fluxos, rostos apagados, fragmentos, horizontes... toda uma cidade que é também ruínas, antiguidade, história dos povos, apagamentos de civilizações; um local que diante de tudo que é erguido, é o solo arcaico, terra.

O ponto apresentado por Peixoto (1996) desenha uma cidade repleta de pluralidades humanas e trechos cinematográficos, onde também se pensa a lógica do capital que invade o espaço urbano e sua multiplicidade. A cidade pensada por fluxos e materialidades, diante do exposto pelo autor, é uma via de mão dupla. O capitalismo se apropria de ambos a seu benefício; as luzes, os muros, o trânsito, a distância, o cotidiano. Assim, constrói uma ideia paradoxal, onde a ideia de comércio e lucro infecta essa terra, esse espaço urbano. E a imagem da cidade pode ser mais do que o próprio lucro, ela é e pode ser espaço de lutas e manifestações de sentimentos e demais subjetividades. E para que essa manifestação da imagem ocorra, também é preciso pensar na coexistência entre o espaço e a paisagem na formação do urbano.

Por conseguinte, é preciso que pensemos no espaço como uma categoria crítica e presente na teoria crítica marxista. Assim, conforme apresenta Soja (1993), é possível pensar o espaço de maneira crítica pois o espaço é portador de materialidades e, portanto, socialmente construído. Assim, o espaço respeita uma lógica do presente, onde existe (re)produção social e material da sociedade. Um conjunto espaço-tempo-ser.

Apesar dessa coexistência entre o espaço e a paisagem, não podemos tratá-los como sinônimos. O espaço é dotado da materialidade presente, enquanto a paisagem se encontra no tempo. Para Milton Santos (2017), a paisagem é transtemporalidade, é onde está o vestígio, as formas, o conteúdo; é, assim, um conjunto de objetos reais-concretos, uma elaboração transversal. Cada paisagem é uma configuração de formas-objetos, onde não mudam de lugar e representam um conteúdo técnico específico. Diante disso, a paisagem localiza-se no domínio da percepção, dos sentidos.

Diante disso, a paisagem permite, pela visualidade e pelo olhar, estudarmos traços do contemporâneo atrelado a vestígios acumulados ao longo dos tempos. As paisagens têm idades diferentes, movimentos diferentes, mutações diferentes; entretanto, não conseguimos especificar de maneira precisa as paisagens, pois são alterações complexas, capazes de suprimir, ocultar, destruir elementos em decorrência dos aspectos políticos, econômicos e culturais (SANTOS, 1998).

Tendo em consideração a conceitualização da paisagem e os estudos paisagísticos realizados por Peixoto (1996), é passível a compreensão de como a formação e mutação das paisagens urbanas está interligada as formas e manifestações do capitalismo. Harvey (2014) expõe a incoerência do capital diante da produção do espaço que, levando em consideração a acumulação e o fluxo de capital, contribui para o desenvolvimento geográfico desigual. E esse espaço desigual, vítima da interferência de processos econômicos, sociais e políticos voltados para o desenvolvimento de um capital privado definem como as paisagens urbanas são formadas e é reflexo e interferência direta de uma produção desigual dos espaços e uma ação paradoxal existente entre atores privados e Estado.

“O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital [...]” (HARVEY, 2014, p. 139). Para que aconteça, o capital por meio da contínua inovação e desenvolvimento tecnológico, altera equipamentos e processos que modificam a maneira que a paisagem se comporta. Para a reprodução do capital, transportes são utilizados e, com isso, novos planos logísticos serão



necessários e novos portos, ferrovias, aeroportos serão necessários e irão alterar o sentido de paisagens e lugares.

O motivo para essa modificação é reduzir tempo, custos e a necessidade de mão de obra e matéria-prima. Para isso, o capital se insere na paisagem de locais onde encontra mão de obra barata, construindo fábricas, ou então, na busca por matéria-prima, se instala em localidades onde há abundância de recursos naturais necessários para a produção. E para que tudo isso ocorra, o capital deixa rastros de destruição, pois altera valores que já eram instituídos nos lugares em que invade e que, diante do acúmulo, também serão necessários novos lugares para encontrar saídas lucrativas (HARVEY, 2014).

Logo, “o capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente” (HARVEY, 2014, p. 145). A formação da paisagem se insere no processo do capital e, portanto, desenvolve os processos e estratégias do modo de produção capitalista. Neste caso, cria-se uma cadeia de destruição onde um espaço de acumulação de capital necessita de espaços para absorver os excedentes do capital, surgindo uma cadeia de conflitos geopolíticos e expansões geográficas.

Perante essa contradição definida por Harvey (2014), inferimos que o processo de construção da imagem da cidade contemporânea sofre com a operacionalidade capitalista na produção das relações sociais e na constituição de um regimento de uma *urbe* do capital. Dessa evolução capitalista, a imagem da cidade hodierna sofre com os rápidos processos que modificam seus usos, seus significados, destrói e constrói. É uma cidade caótica, fragmentada, complexa; uma cidade conflituosa, de múltiplas histórias (DECÂNDIA, 2003).

Essa paisagem capitalista é pensada de acordo com decisões governamentais e forças econômicas hegemônicas que se apropriam do espaço urbano e modificam os rumos e as ideias para o futuro. As consequências decorrentes desse processo constituem-se na assimetria do espaço urbano e nas decisões morfológicas, como a instalação de equipamentos urbanos e serviços que serão instaurados de maneira desigual, construindo uma cidade para quem possui maior poder aquisitivo enquanto áreas com menor extrato de renda necessitam de um esforço maior para ter acesso aos serviços proporcionados pelas cidades. Assim, diante do avanço contraditório da tecnologia e da formação da paisagem urbana que marca a evolução capitalista de modo generalizado; vemos a cidade se modernizar com inovações, atendendo ao mercado, expandindo o poder do capital.

Quanto ao avanço tecnológico, Alves (2013) defende que a cidade na contemporaneidade depende da tecnologia e do quão inserida está na economia global. A gestão se assemelha a de uma empresa, em que as cidades sob uma lógica do *marketing*, constroem uma marca, buscando publicizar os feitos da gestão da pública e a criação de uma imagem pública e idônea das decisões tomadas: a cidade competente, próspera, qualificada e culta. Assim, a paisagem urbana e a sua imagem devem responder também aos preceitos da publicidade.

A cidade contemporânea e seu desenho paisagístico reflete as formas materiais contemporâneas: atividades produtivas, mercadorias, a lógica do dinheiro; e, em uma construção dialética, os processos e suas relações que mobilizam a produção e consumo. Diante disso, Bernardo Secchi (2016) nos informa sobre processos que corroboram com os dizeres de Harvey (2014) sobre desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço e também sobre o capital mediante uma dialética entre processo e coisa:

A cidade contemporânea é lugar de contínua e tendencial destruição de valores posicionais, de progressiva uniformização e democratização do espaço urbano; de destruição de consolidados sistemas de valores simbólicos e monetários, de contínua formação de novos itinerários privilegiados, de novos lugares de comércio, de lazer, da comunicação e da interação social, de uma nova geografia de centralidades, de novos sistemas de intolerância, de compatibilidade e incompatibilidade. A instabilidade da cidade contemporânea, o contínuo deslocamento e reorganização das diversas atividades, a obsolescência e a desativação, os fenômenos de *filtering-down*

aos quais dão origem, as ações de reutilização, recuperação e o *upgrading* que a eles eventualmente se seguem, as políticas de *gentrification* de partes limitadas e circunscritas da cidade nas quais ocorrem, são, ao mesmo tempo, a causa e expressão de uma contínua destruição-democratização-reconstrução dos valores posicionais e dos horizontes de sentido que se apresentam sob a aparência do caos (SECCHI, 2016, p. 92-93).

A imagem da cidade, para Secchi (2016), se insere em um sistema caótico, que permite desvios de maneira mais rápido do que aconteceu em tempos anteriores na história. Se antes as instituições, o dinheiro e as pessoas eram passíveis de imposições de limites que freavam os desvios recorrentes; e que hoje, definir essas barreiras é uma questão complexa. Isto posto, a cidade contemporânea é imersa em diferentes palavras que buscam lidar com esses limites: fragmentação, heterogeneidade, dispersão... conceituações que buscam lidar com o progresso caótico da urbanização, do transporte, da mobilidade, do imaterial.

Tomando Secchi (2016) e Harvey (2014) como respaldo, infere-se que o capital privado e o Estado se relacionam, enfatizando o destaque na produção do espaço e da imagem da cidade. A cidade está sempre em destruição e reconstrução para atingir os objetivos e promulgar áreas conforme o capitalismo manifesta necessidades. Plantas industriais são desativadas, largadas a margem e sem reutilização, deixando vestígios na paisagem das cidades em uma dinâmica momentânea e cíclica. Os meios de comunicação, com a moda; e as políticas públicas de desenvolvimento, se inserem na dinâmica do cotidiano; contribuindo para alterações nos modos de viver, consumir e experimentar as cidades conforme novos locais se tornam descoladas da nova realidade.

Dessa forma, para Harvey (2014), essa dialética entre o capital que é tanto forma material quanto processo é uma construção contraditória, pois ambas as formas, nesse processo dialético, são dependentes. O capital necessita tanto das formas fixas (materiais) quanto dos fluxos (processos) para que se regule sua situação e as duas formas convivem de maneira paradoxal, pois a fixidez gera uma tensão entre o movimento. Assim, de maneira a suprimir tensionamentos, a destruição criativa afeta a formação da paisagem e contribui em processos de desindustrialização, oscilação do preço da terra e especulações imobiliárias.

Tomado por incoerências, o capital se insere na produção de formas e na definição dos objetivos dessas formas. Destarte, resultam no tecido urbano fragmentações, provenientes de processos especulativos de terra urbana, que também decorre na produção de vazios urbanos e da expansão do perímetro urbano, pois na cidade contemporânea, distâncias podem afetar positivamente ou negativamente os interesses da capital privado, gerando novas formas de habitar e alterar a cidade. Além disso, a deturpação de processos que configuram as políticas urbanas intensifica uma ação deturpada dos órgãos políticos, pois passam a se organizar a partir de interesses particulares que transformam esses órgãos em uma empresa e a cidade em uma mercadoria, em exemplo, a legislação urbana e o planejamento urbano e as privatizações de serviços urbanos; deixando de lado a participação popular e a construção e promoção de um urbanismo que afete toda a população.

## Considerações Finais

Ao longo do texto, buscamos nos tópicos apresentados correlacionar questões que envolvem as estratégias e subterfúgios exercidos pelo modo de produção capitalista usando conceitos e teorias que envolvem o estudo das visualidades nas ciências humanas: questões sobre o olho, o olhar ou ver algo ou alguma coisa; e o estudo das paisagens urbanas, seus conceitos e questionamentos utilizados pela Geografia Urbana e pelo Urbanismo.

Com o conjunto do todo, a intencionalidade é buscar mostrar como os processos de reprodução do capital interferem no viver urbano e na história das cidades. A cidade é destruída criativamente para realocar e inserir elementos que vão de acordo com a necessidade



de mais-valia, readequando suas formas urbanas; e um tecido urbano que é resultado da disparidade da concentração de renda que há na cidade, onde o acesso e usufruto da cidade é desigual para os moradores. Ademais, captam-se as gestões urbanas e a opinião pública, transformando a cidade tanto em empresa quanto em uma mercadoria, utilizando do planejamento urbano não só como um produto a ser vendido para outras cidades, como também uma ferramenta em que novas metodologias corroboram com a busca de lucro e novos produtos e serviços tal qual uma empresa.

Em um primeiro momento, a discussão da cidade e do capital se torna secundária e a reflexão é centralizada nos estudos a respeito da visualidade. Buscando na psicanálise, na semiótica e na história da arte, discorremos sobre a paradoxal relação entre o olho e o nosso olhar, sobre o papel dos signos e das diferentes denominações que um signo pode obter; e como podemos ver a cidade por meio da questão semiótica; e, por fim, sobre como a história da arte utilizou a iconografia e a iconologia para compreender significados e símbolos ocultos nas obras de arte. Diante disso, podemos compreender como as imagens se inserem no processo capitalista, seja na reprodução e perpetuação de consumismo ou para a construção de uma efemeridade das imagens e da moda.

Na segunda parte, a discussão toma como cerne principal a paisagem urbana e sua formação, a relação com o urbanismo e a necessidade de associar a paisagem com um estudo crítico do espaço urbano para compreender como as formas urbanas surgem diante dos processos de produção do espaço urbano. A imagem e a morfologia da cidade são modificadas e, de modo explícito, representam as contradições e manifestações do capital. Entendemos como a cidade, que é interferida por questão capitalistas, apresenta em sua paisagem marcas do desenvolvimento desigual da produção do espaço.

No todo, a cidade contemporânea apresenta tanto no presente quanto em seus vestígios a imagem do capitalismo, da desigualdade propagada. Contudo, que alternativas podemos buscar para suprimir a ação do capital e dos agentes de produção capitalistas? Quando olhamos para a paisagem da cidade contemporânea, além do capital, encontramos uma mistura de pessoas, com diferentes posicionamentos, atividades e intenções, conforme vemos em Secchi (2016). A negação do contemporâneo reside em conjunto no contemporâneo, onde o tempo renega a linearidade, a homogeneidade de comportamentos e cotidianos impostos pelo processo de globalização. Tem-se uma cidade plural, que reside e manifesta culturalidades dentro da instabilidade do tempo hodierno. Nessa cidade, há o desejo e a vontade de manifestações e, portanto, a eclosão das lutas e dos movimentos sociais.

A paisagem também é o reflexo do imaterial, onde há a manifestação e o questionamento de problemas, que se misturam em uma complexidade que envolve arte, cidade, arquitetura, economia e sociedade. Os apontamentos realizados buscam contribuir para esclarecer como a imagem e a paisagem se inserem no modo de produção em vigência, mas também como problematizar e buscar soluções para o fim do capitalismo.

## Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de produtividade para o desenvolvimento e elaboração deste trabalho.

## Referências

ALVES, H. V. S. **Urbanização contemporânea: uma contribuição para o estudo das cidades**. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

DECANDIA, L. O tempo e o invisível da cidade moderna à cidade contemporânea. **Margem**, São Paulo, n. 17, p. 181-195, 2003.

FERRARA, L. **Leitura sem palavras**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LACAN, J. **Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, vol. 1, n. 2, 1996. p. 73-98. Disponível em: < [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf) >.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MORTIMER, J. **Arquiteturas do olhar: imaginários fotográficos do espaço construído**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2017.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: VIII Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano. 1999. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUR, 1999.

**Recebido em: 26/02/2025.**  
**Aprovado para publicação em: 21/07/2025.**